

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Tribunal Pleno / Gabinete Des. Miguel Mónico

Processo: 0803089-19.2017.8.22.0000 - DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (95)

Relator: MIGUEL MONICO NETO

Data distribuição: 08/11/2017 20:59:43

Data julgamento: 16/04/2018

Polo Ativo: GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA

Advogado do(a) REQUERENTE:

Polo Passivo: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA

Advogado do(a) REQUERIDO:

RELATÓRIO

Trata-se de Ação Direta de Inconstitucionalidade, com pedido liminar, proposta pelo GOVERNADOR ESTADO RONDÔNIA, objetivando a declaração de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional n. 123, de 17 de maio de 2017, que "Acrescenta dispositivo à Constituição do Estado de Rondônia", que incluiu o § 7º ao art. 11 da Constituição Estadual, condicionando a nomeação de Presidentes e Diretores de Autarquias e Fundações à aprovação pela maioria absoluta dos Membros da Assembleia Legislativa.

Aduz, em resumo, que o constituinte originário não condicionou a nomeação das autoridades mencionadas à aprovação do Poder Legislativo, consoante disciplina o art. 65 da Constituição Estadual.

Afirma que a alteração promovida pela EC n. 123/2017, que teve iniciativa parlamentar, alterou o balanço de poderes entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, ferindo diretamente o princípio da separação dos poderes que é cláusula pétrea prevista no art. 7º, *caput*, e parágrafo único, da CE/RO.

Nesse passo, o Poder Legislativo, por iniciativa própria e sem conceder qualquer contrapeso, retirou competência privativa do Governador do Estado e ainda condicionou o exercício dessa competência à aprovação prévia do parlamento.

Requer a concessão da medida liminar. No mérito, pugna pela a procedência do pedido, declarando a inconstitucionalidade da Emenda Constitucional n. 123.

O pedido liminar foi indeferido (ID n. 2839904).

Prestadas as informações (ID n. 2971955), sustentou-se não haver inconstitucionalidade na alteração legislativa inquinada.

A procuradoria de Justiça (ID n. 3008386), opinou pela improcedência da ação, por não observar vícios na norma impugnada]

É o relatório.

VOTO

DESEMBARGADOR MIGUEL MONICO NETO

O objetivo da presente ação é a declaração de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional Estadual n. 123, de 17 de maio de 2017, que "Acrescenta dispositivo à Constituição do Estado de Rondônia", que incluiu o § 7º ao art. 11 da Constituição Estadual, condicionando a nomeação de Presidentes e Diretores de Autarquias e Fundações à aprovação pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa, ou seja, afirma que houve descumprimento do princípio da separação entre os poderes.

Direto ao ponto, como já destacado no indeferimento do pedido liminar, o STF já pacificou sua jurisprudência no sentido de que não padece de nenhum vício constitucional a previsão de participação legislativa na nomeação de dirigentes de autarquias ou fundações públicas.

Nesse sentido:

"Com efeito, esta Corte já pacificou o entendimento de que não padece de nenhum vício constitucional a previsão de participação legislativa na nomeação de dirigentes de autarquias ou fundações públicas. Trata-se de aplicação aos Estados-membros do parâmetro de simetria constante do art. 52, III, 'f', da Constituição Federal, que submete ao crivo do Senado Federal a aprovação prévia dos indicados para ocupar titularizar determinados cargos definidos por lei. (...) Situação diversa, entretanto, ocorre em relação à intervenção parlamentar no processo de provimento dos cargos de direção das empresas públicas e das sociedades de economia mista da administração indireta dos estados, por serem essas pessoas jurídicas de direito privado, que, nos termos do art. 173, § 1º, da Constituição Federal, estão sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas privadas, o que obsta a exigência de manifestação prévia do Poder Legislativo estadual. (...) De fato, em situações idênticas, esta Corte já declarou inconstitucionais normas locais que previam a participação do legislativo estadual no processo de escolha dos dirigentes das sociedades de economia mista e das empresas públicas." (ADI 2225 (<http://www.stf.jus.br/portal/inteiroTeor/obterInteiroTeor.asp?idDocumento=7065461>), Relator Ministro Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julgamento em 21.8.2014, DJe 30.10.2014).

No mesmo sentido – ADI nº 1.281/PA, Tribunal Pleno, relator o ministro Maurício Corrêa, DJ de 23/4/04; ADI nº 2.167/RR, Tribunal Pleno, Ministro Marco Aurélio, DJ de 1/9/10; ADI nº 1.642/MG, Rel. Min. Eros Grau, DJ de 19/9/08; ADI 862/AP-MC, relator o ministro Moreira Alves, DJ de 3/9/93; ADI 1.858/GO-MC, relator o ministro. Ilmar Galvão, DJ de 18/5/01; e, ADI 1.949/RS-MC, relator o ministro. Sepúlveda Pertence, DJ de 25/11/05.

Trata-se de aplicação aos Estados-membros do parâmetro de simetria constante do art. 52, III, "f", da Constituição Federal, que submete ao crivo do Senado Federal a aprovação prévia dos indicados para ocupar titularizar determinados cargos definidos por lei.

Confira-se o referido dispositivo constitucional:

"Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

III - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

(...)

f) titulares de outros cargos que a lei determinar;"

Assim, considerando os precedentes da Suprema Corte em casos semelhantes, a EC n. 123/2017, que incluiu o § 7º ao art. 11 da Constituição Estadual, condicionando a nomeação de Presidentes e Diretores de Autarquias e Fundações à aprovação pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa, entendendo não haver vícios na norma impugnada.

Posto isso, julgou improcedente a presente ação direta de inconstitucionalidade.

É como voto.

EMENTA

Ação Direta de Inconstitucionalidade. Emenda Constitucional n. 123 /2017. Condicionamento de nomeação dos Presidentes e Diretores de Autarquias e Fundações à aprovação pela maioria absoluta dos Membros da Assembleia Legislativa. Ausência de vício. Improcedência da ação.

Consoante jurisprudência pacífica do STF, não padece de nenhum vício constitucional a previsão de participação do Poder Legislativo na nomeação de Presidentes e Diretores de Autarquias e Fundações.

Trata-se de aplicação aos estados-membros do parâmetro de simetria constante do art. 52, III, "f", da Constituição Federal, que submete ao crivo do Senado Federal a aprovação prévia dos indicados para ocupar determinados cargos definidos por lei.

Assim, são válidas as normas locais que subordinam a nomeação dos Presidentes e Diretores de Autarquias e Fundações à prévia aprovação de Assembleia Legislativa, não havendo, nesse caso, nenhuma interferência indevida do Poder Legislativo em função típica do Poder Executivo, nem violação do princípio da separação dos Poderes.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da **Tribunal Pleno** do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, em, "A??O JULGADA IMPROCEDENTE NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, ? UNANIMIDADE."

Porto Velho, 16 de Abril de 2018

MIGUEL MONICO NETO

RELATOR

Assinado eletronicamente por: MIGUEL MONICO NETO

09/05/2018 09:25:21

<http://pjeconsulta.tjro.jus.br:80/sg/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 3712628



18050909252090800000003690283

IMPRIMIR

GERAR PDF